■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Porto Velho – RO, 16/06/2023

Excelentíssima Senhora Vânia Rodrigues – Pregoeira da Comissão Permanente de Licitação (CPL) da Prefeitura Municipal de Porto Velho – RO

Referência: Pregão Eletrônico nº 079/2023/SML/PVH

E.C.P Soluções em Serviços de Engenharia Sociais, Ambientais e Produtivas EIRELI – ME, denominada neste ato como RECORRENTE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.726.497/0001-83, estabelecida à Avenida Lauro Sodré, nº 2391, Bairro Pedrinhas, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, vem, respeitosamente, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME

A empresa E.C.P SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA, SOCIAIS, AMBIENTAIS E PRODUTIVAS EIRELI – ME (doravante denominada recorrente), vem, respeitosamente, ante a presença de vossa senhoria, inconformada com a decisão desta egrégia comissão que habilitou a empresa doravante denominada de recorrida no Pregão Eletrônico nº 079/2023/SML/PVH e a tornou vencedora do certame licitatório epigrafado, apresentar as razões do recurso administrativo abaixo fundamentado nos seguintes dispositivos legais e argumentos técnicos, em complemento a aposição de intenção manifesta, imediata e motivada, de recorrer postada, de forma tempestiva e nos termos do edital, em campo próprio do sistema do Portal Comprasnet, senão vejamos:

1. DOS FATOS:

Inobstante ser importante registrar a seriedade, a isenção e o respeito a todos os licitantes que esta egrégia comissão de licitação tem demonstrado ao longo da condução desta licitação do tipo Pregão Eletrônico nº 079/2023/SML/PVH, da Prefeitura Municipal de Porto Velho – RO, entendemos que a mesma incorreu em equívoco de interpretação ao habilitar a empresa ora recorrida, motivo que ensejou este recurso administrativo pois a licitante em sua proposta de preço apresenta um valor comprovadamente inexequível, fato que foi já analisado pela comissão e que achou que a planilha de formação de preços apresentada pela recorrida atendia a esse propósito, fato que não resiste a uma análise mais detida, como haveremos de comprovar mais adiante nesta mesma peça técnica, afinal de contas, o preço apresentado é de R\$ 51.300,00 o que representa apenas 18,06% do valor de referência da licitação, o que nos coloca uma questão, qual seja: será que a comissão de licitação errou tanto assim na hora de fazer a cotação de preços?

2. PREÇO INEXEQUÍVEL:

Os preços colocados para transporte na planilha de formação de custos apresentada pela empresa recorrida à comissão de licitação estão totalmente despropositadas e fora da realidade, mesmo porque, segundo o Termo de Referência da licitação cada etapa do trabalho envolverá o concurso de vários profissionais e que estão completamente incompatíveis com os preços de deslocamento alocados na planilha.

2.1 DAS INCONSISTÊNCIAS DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS APRESENTADA PELA EMPRESA

O preço do deslocamento terrestre considerando a prática usual das planilhas não paga nem o combustível do deslocamento, não considerando aluguel de veículo, despesas e etc. Nas planilhas usualmente deve constar o prolabore do coordenador e do Engenheiro Civil/Agrônomo/Agrimensor contratado para o serviço. A não consideração desse fato não existe no mundo da engenharia e nem na contabilidade e nem no mundo empresarial, configurando “conta de chegada” ou “jogo de planilha” que não resiste a uma análise mais cuidadosa por parte da comissão. Nas planilhas, novamente deve-se considerar os custos do coordenador e do Engenheiro Coordenador, elencando ainda mais os profissionais com custos compatíveis a realidade e com previsão de seu deslocamento ao local do serviço. A não consideração desses itens comprova a fragilidade das contas e da planilha do fornecedor, indicando que isso serve de prova da inexequibilidade dos preços praticados no valor de R\$: 51.300,00 reais.

3. DA FORMALIDADE DO PROCESSO LICITATÓRIO:

O processo licitatório é um processo formal e vinculado, devendo seus licitantes ter atenção redobrada aos ditames editalícios, seus anexos, resoluções, leis, portarias e todas as normas e regulamentos que o instruem sob pena de ao não fazê-lo, negligenciando por descuido, erro ou falta de atenção, incorrer em erro de forma, vindo a descumprir procedimento vinculado expresso no edital e, bem assim, gravar sua proposta de erro insanável, pois que não é dado, conforme dispõe o próprio edital, em seu item 2.1 o seu descumprimento, sobretudo, no tocante a vinculação ao instrumento convocatório e ao julgamento objetivo que lhe são correlatos, conforme se aduz “ipse litre” abaixo:

“1. PREÂMBULO

1.8. “Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do Processo Administrativo e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a

Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.” (grifo nosso)

O fato concreto é: o edital estabelece as regras da licitação e, logo, faz-se lei entre as partes, se um eventual licitante tem dificuldade de cumprir o estabelecido no edital pode solicitar esclarecimento, caso a resposta ao seu pedido não lhe seja favorável pode, desde que dentro do prazo, impugnar o instrumento convocatório, fato este que a empresa N P KURODA SERVICOS DE INFRAESTRUTURA não fez, abrindo, portanto, mão deste direito de fazê-lo quando, para isto, teve oportunidade e tempo certo. Em decorrência disto, aceitou as regras do edital, devendo cumpri-las integralmente, inclusive em respeito ao documento que ela própria assinou no item 5.1 do edital, pelo qual declara o pleno conhecimento das condições do edital e se compromete a atender todas as exigências de habilitação previstas no mesmo. (Grifo nosso).

A alusão anterior se refere a exequibilidade do preço praticado que é de apenas de 18,06% do preço orçado pela administração infringindo o Art. 48 Inciso II §1º, alínea “a” da Lei nº 8.666/93, infringindo também a alínea “b” do mesmo Inciso e Artigo, se não vejamos:

“§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexecutáveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)
- b) valor orçado pela administração. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)”

Em razão do exposto, resta claro que o preço apresentado pela empresa N P KURODA SERVICOS DE INFRAESTRUTURA é tão irrisório que descumpra tanto a alínea “a” quanto a alínea “b” do Art. 48 Inciso II §1º da Lei nº 8.666/93, assim sendo, não resta outra alternativa senão desabilitar a empresa, fazendo-o em cumprimento do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, desta feita, deve esta egrégia comissão de licitação rever o ato que declarou vencedora a empresa N P KURODA SERVICOS DE INFRAESTRUTURA, desclassificando-a do certame e, em obediência ao item 10.2 do edital, passe a examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes na ordem de classificação até a apuração de uma que atenda o edital.

4. DA OBRIGATORIEDADE DA OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO NAS LICITAÇÕES:

É de imposição legal e do seu mais amplo reconhecimento por parte dos tribunais que o instrumento convocatório das licitações é um ato vinculado e que, portanto, tem que ser observado na sua íntegra, após formalizado na forma da lei, vencida a etapa da oportunização de sua impugnação e eventual correção, que importa também na preclusão do direito de impugnar, se vencidos “in albis” os prazos para fazê-lo. Ora, uma vez formalizado e publicado o instrumento convocatório faz lei entre as partes pois está regido pelos princípios constitucionais da: legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, mas, principalmente, pela obrigatoriedade de vinculação ao referido instrumento convocatório.

Está claro para todos que a Lei existe para ser cumprida. Logo, não cabe benefício de ordem quanto o cumprimento da lei. Em outras palavras, se no Art. 48, Inciso II §1º, alíneas “a e b” da Lei nº 8.666/93, estão estabelecidos os requisitos que a proposta vencedora do certame deve preencher para que seja considerada exequível e, se, esta proposta ora recorrida (pertencente a N P KURODA SERVICOS DE INFRAESTRUTURA) não preenche esses requisitos, não cabe outra alternativa se não desclassificar a referida proposta, chamando-se as propostas subsequentes, caso contrário, a desconsideração desse fato implicaria no inequívoco descumprimento da lei por parte da comissão de licitação, fato que se espera não ocorrer.

A habilitação da licitante ora recorrida, sem que a mesma tenha apresentado proposta exequível e compatível com o objeto licitado, aviltando os preços em comparação com a pesquisa de preços realizadas pelo órgão oficial, infringe os itens 10.2 e 10.10 do edital, assim como os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia (ou igualdade de tratamento entre os licitantes), princípios jurídicos estes que devem e estão resguardados pelos institutos dogmáticos dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, bem como os princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade esculpidos no art. 37º da Constituição Federal de 1988 e no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

Nessa mesma linha são recorrentes os julgados dos tribunais e do TCU, considerando a necessidade de que o julgamento seja vinculado ao instrumento convocatório, senão vejamos:

“São plenamente vinculados os atos praticados no âmbito do procedimento licitatório, uma vez que estes devem obedecer às regras definidas na lei e no edital a que estão jungidos, não cabendo aos responsáveis deliberadamente ignorá-las. Acórdão 6198/2009

Abstenha-se de aceitar propostas de bens com características diferentes das especificadas em edital, em respeito ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, consoante o art. 3º da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 932/2008 Plenário.

Zeze para que não sejam adotados procedimentos que contrariem direta ou indiretamente, o princípio básico da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com os arts. 3º e 41º da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 2387/2007 Plenário

Observe o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com as disposições exaradas especialmente no art. 3º da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 330/2010 Segunda Câmara

Iniciada a sessão pública, entendeu o pregoeiro aplicar o disposto ao art. 5º do Decreto nº 5.450, de 2005, que “regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências”, “in verbis: “Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade,

impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade. Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. " Acórdão 1237/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)

Obs.: Link para acesso de todos os julgados:
http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/LIC_CONTR/2057620.PDF

5. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A Constituição Federal brasileira determina que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput). Explicita ainda a Constituição a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI). (Grifo nosso)

Para regulamentar o procedimento da licitação exigido constitucionalmente, foi inicialmente editada a Lei nº 8.666/1993, depois complementada com a Lei nº10.520/2002 e com o Decreto Federal nº10.024/2019. Nessa linha uma das modalidades utilizadas é o Pregão Eletrônico onde se consideram os aspectos do melhor preço, desde que a empresa licitante comprove possuir capacidade técnica mínima para realizar os serviços licitados, na forma do edital. Desse modo, independente da modalidade adotada, deve-se garantir a observância dos princípios supra elencados, sobretudo, os da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, previstos expressamente no Art. 3º da Lei n. 8.666/1993.

Dentre as principais garantias processuais, pode-se destacar a vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame licitatório. Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório pode ser expressa da seguinte maneira:

"...é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416) ". (Grifo nosso)

O mesmo autor prossegue no exame da questão, e reforça sua argumentação a respeito da vinculação da licitação ao edital com o art. 41, §2º, da Lei 8.666: "Ali, fixa-se prazo para que o licitante possa impugnar os termos do edital. Expirado esse prazo, decairá o direito de impugnar o instrumento convocatório por parte do participante da licitação, passando a aceitar todos os seus termos. Isto significa dizer que quem participa da licitação não pode esperar pela sua inabilitação ou desclassificação para, somente então, impugnar a regra contida no edital que levaria à sua exclusão do processo" (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.417), e o mesmo se aplica ao reverso da medalha, ou seja, se os licitantes ora recorridos aceitaram os termos do edital e abdicaram de impugnar o instrumento convocatório nos prazos regulamentares previstos em lei, agora não podem apresentar justificativas vãs para erros cometidos em sua proposta de habilitação..

O conjunto de decisões e jurisprudências acima juntados demonstra de forma inequívoca que, a empresa N P KURODA SERVICOS DE INFRAESTRUTURA, contrariou os itens 1.8 e 10.2 do edital.

6. DOS PEDIDOS

Do pedido de inabilitação da empresa N P KURODA SERVICOS DE INFRAESTRUTURA

A clareza do edital e de seus anexos é meridiana. Nesses termos, a recorrente só quer que a eminente comissão interprete os fatos de acordo com o edital e seus anexos, nada mais, de tal sorte que se pratique o seguinte silogismo: Se a empresa ora recorrida comprovou os fatos questionados na data e no momento do envio de sua documentação com documentos válidos, de acordo com o objeto do edital, que seja habilitada nos termos do edital, caso contrário, que seja inabilitada, simples assim, posto que não cabe interpretações alheias ao que dispõe o edital e diferentes do objeto do edital.

As regras são estabelecidas antes nas licitações e não podem ser alteradas durante o transcurso das mesmas, pois isto depõe contra o princípio da isonomia entre os licitantes e o princípio da vinculação do instrumento convocatório, e mais do que isso, seria profundamente injusto.

Se, metaforicamente, as regras não admitem gol em impedimento, não há que se validar gols em impedimento. São as regras, não se pode beneficiar alguém em detrimento de outrem, não se pode julgar nada a não ser através das regras, pois em assim o fazendo dar-se-á o mérito a quem o obteve jogando o bom jogo e, dentro dele, sendo mais eficiente, mais eficaz e mais efetivo.

Assim, em nome da justiça que se aplica em qualquer lugar, a E.C.P SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA SOCIAIS, AMBIENTAIS E PRODUTIVAS EIRELI – ME pede a esta comissão que reveja seu posicionamento inicial e se digne a inabilitar a empresa N P KURODA SERVICOS DE INFRAESTRUTURA dando prosseguimento ao certame, em suas fases subsequentes, pois assim, far-se-á justiça, E justiça, é à medida que se impõe ao caso.

Por derradeiro, sendo tudo o que se tem a tratar, encerra-se pedindo o julgamento do presente recurso nos termos do pedido, ao tempo em que renova os mais sinceros votos de alta estima e de elevada consideração. Com nossos melhores cumprimentos;

E C P Soluções em Serviços Gerais de Engenharia
Sociais, Ambientais e Produtivas EIRELI
CPNJ Nº 10.726.497/0001-83

Fechar